

Relatório do Bird não contém novidades

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

O relatório do Banco Mundial a respeito dos gastos públicos, da política de subsídios e da reforma orçamentária no País não oferece sensíveis novidades a respeito do diagnóstico dos males que afligem a economia nacional, embora não examine o problema maior dos descompassos financeiros da nação, assim como, em face dessa análise insuficiente, não sugira os remédios mais adequados para os problemas brasileiros.

O primeiro volume do relatório principal examina em quatro seções distintas as dificuldades do País, a saber: as mudanças do papel do governo na economia, as intervenções orçamentárias e extra-orçamentárias, a política de subsídios e o papel dos órgãos de controle da economia e das empresas estatais.

Sobre os descompassos da receita tributária, a deformação do tamanho do Estado, a excessiva intervenção econômica, a incorreta política de subsídios, o desconforto da inexistência de um controle orçamentário e nele o monetário, as divergências praticamente inócorrem. Diagnóstico do Banco Mundial os erros cometidos pelo governo, as tentativas de correções até o presente, os poucos investimentos, propugnando por uma redução da presença do Estado na economia e de seus níveis de controle, assim como a redução da política de subsídios e adoção de uma rígida política fiscal e monetária, para reordenar o setor, mesmo que um preço inicial severo seja o corolário desta filosofia.

Na análise, a médio e longo prazo, propõe alterações substanciais na legislação para que o governo tenha forças legais para iniciar um rígido controle das contas públicas, no que o papel dos grupos econômicos, das autoridades monetárias e do Congresso Nacional passa a ser decisivo.

A própria nova Constituição aprovada deve ser redimensionada às reais necessidades dos interesses nacionais, a fim de

que os objetivos sejam atingidos.

Creio eu que, entre o diagnóstico do Banco Mundial e aquele que este jornal vem fazendo há quase uma década, profetizando inclusive o caos econômico em que estaríamos no fim deste período, não há diferença substancial. Concordo e concorda o jornal com o Banco Mundial que a maioria dos nossos males encontra-se numa falha percepção do papel da moeda, da política de incentivos e do Estado em gerar desenvolvimento, posto que ao pretender regular demais a economia, o governo terminou por desequilibrá-la, gerando mais intransigência que certezas.

O que parece, todavia, poderia merecer do Banco Mundial análise mais apurada, com o que o seu relatório não sofreria da insuficiência que detectei, reside no papel da Federação, inexpressivamente tratada, na carga tributária não analisada sobre o produto privado bruto — e não sobre o produto interno bruto — e a política de controle abusivo de preços, que acaba exigindo uma política compensatória de subsídios.

O papel da Federação não foi devidamente analisado. O Brasil deveria ser uma Federação com alguns poucos Estados com densidade própria e os espaços geográficos dependentes deveriam ser territórios federais, com o que não se duplicaria, inútil e ineficazmente, as máquinas administrativas. Por outro lado, a Federação brasileira é, evidentemente, perdulária, posto que ao outorgar aos municípios status de ente federativo — o que nenhuma Constituição ofertou até o presente à nitidez, passou a inchar a máquina estatal além das forças da Nação para sustentá-la. Por mais que a sociedade se escravize para manter 5.000 entes federativos, com estruturas triplicadas, o esforço é ineficiente e apenador.

Se o perfil da Federação perdulária não for alterado à evidência os esforços de correção de rumos ficarão limitados e os re-

sultados deixarão sempre a desejar.

O segundo aspecto diz respeito à carga tributária. Como o Brasil, no mundo ocidental, é o país que tem a maior presença do Estado na economia, cujas empresas ou dão prejuízos ou têm regimes especiais de tributação, o percentual de carga tributária, se comparado com o Produto Interno Bruto de outros países, é baixo, mas é altíssimo se for comparado com o produto privado bruto, ou seja, o produto gerado pela sociedade não governamental e a carga tributária que suporta, considerada a participação do governo. Se, em nível de PIB, deve estar, a carga bruta, entre 28 a 30% — após a reforma constitucional, elevando os tributos — em nível de produto privado bruto é superior a 50%, o que vale dizer o brasileiro, não participante do governo, trabalha mais de 6 meses ao ano para sustentar os 8% da população que vive à custa do governo, servindo-se da sociedade mais do que servindo à sociedade.

Por fim, quando o governo bloqueia os preços, eliminando as leis de mercado, como ocorre na agricultura, os subsídios passam a ser o elemento compensatório para que a produção não seja desestimulada.

O ideal seria, portanto, a eliminação da maior parte dos subsídios e a adoção de uma política de preços livres, com o que o próprio mercado estabeleceria o nível ideal para que — afastada a intervenção regulatória (no Brasil desequilibratória) do governo — os preços se estabilizassem de forma adequada e remuneratória da poupança e do investimento.

Tais pontos não mereceram a devida atenção de um relatório correto, mas não inovador, seja nas soluções propostas, seja no diagnóstico levantado.

*** Professor titular de Direito Econômico da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie e presidente da Academia Internacional de Direito e Economia.**